

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29



Navigating life together

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e clientes as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. - MetLife.

Sobre Nós

A MetLife, Inc. (NYSE: MET), por meio de suas subsidiárias e afiliadas ("MetLife"), é uma das principais empresas de serviços financeiros do mundo, oferecendo seguros, benefícios para funcionários e gestão de ativos para ajudar clientes individuais e corporativos a criarem um futuro mais seguro. Fundada em 1868, a empresa opera em mais de 40 países e ocupa posições de liderança de mercado nos Estados Unidos, Japão, América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Com mais de 100 milhões de clientes a nível global, obteve, no exercício de 2021, a arrecadação consolidada de prêmios, tarifas e outras receitas de US\$ 71,1 bilhões e alcançou ativos de US\$ 759,7 bilhões.

No Brasil desde 1999, a Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A (MetLife) comercializa seguros de pessoas e previdência complementar aberta. Com sede na cidade de São Paulo, a empresa possui mais de 500 colaboradores, opera com mais de 21 filiais espalhadas pelo país com o auxílio de sua rede composta por mais de 20 mil corretores cadastrados e parceiros comerciais. Atualmente, possui mais de 5,5 milhões de vidas seguradas.

Participação setorial e compromissos

A MetLife busca continuamente participar da implementação e da discussão de iniciativas que possam trazer benefícios para o setor e para a sociedade. Por isso, ocupa a diretoria de entidades como o Sindicato das Empresas de Seguros e Resseguros (SindSeg), em Santa Catarina, da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrev); além de integrar comissões e grupos de discussão junto à Susep - Superintendência de Seguros Privados - e Cnseg - Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Desempenho

No exercício de 2021, os ativos totais da MetLife fecharam em um patamar de R\$ 3,3 bilhões (R\$ 3,1 bilhões em 2020) e o patrimônio líquido alcançou R\$ 634,7 milhões (R\$ 800,7 milhões em 2020), com prejuízo líquido de R\$ 236,5 milhões (R\$ 20,0 milhões de lucro líquido em 2020).

Os resultados do balanço refletiram diretamente o compromisso da Companhia de apoiar seus clientes, ajudando na construção de um futuro mais seguro e tranquilo para eles e suas famílias, já que refletiram também os valores de sinistros pagos aos segurados e respectivos beneficiários, especialmente ocasionados pela pandemia de Covid-19. Em 2021, a MetLife esteve presente ao lado de seus clientes, apoiando aproximadamente 8.000 famílias para reduzir ao máximo os impactos causados pela pandemia, sendo responsável pelo pagamento de 5% das indenizações de todo o mercado segurador. Além das indenizações, a companhia se solidarizou com as famílias neste período difícil, implementando ou apoiando diversas iniciativas para mitigar os impactos da pandemia no País, entre elas ações sociais e educativas, iniciativas em prol da saúde e bem-estar, ou mesmo a doação direta de valores ou itens de prevenção para instituições, hospitais e comunidades espalhadas em todo o Brasil.

No acumulado do ano, a MetLife apoiou seus clientes e suas famílias por mais de R\$ 857 milhões em

indenizações (R\$ 497 milhões em 2020). Este valor corresponde a 32.241 sinistros pagos (25.211 em 2020). No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 83,1% (55,6% em 2020). Ao mesmo tempo, como receitas, os Prêmios de Seguros em 2021 cresceram 12% alcançando R\$ 1.157,2 milhões (R\$ 1.037,4 milhões em 2020). Por sua parte, as provisões técnicas que amparam o crescimento totalizaram R\$ 2,2 bilhão (R\$ 1,8 bilhão em 2020).

Este comprometimento também se traduz em solidez. Excluindo as indenizações pagas por Covid-19 a MetLife teria registrado cerca de R\$ 70 milhões de lucro.

Cabe destacar que os principais efeitos de Sinistros relacionados à Covid foram nos seguros de Vida em Grupo, coerente com a representatividade da MetLife como uma das principais seguradoras de Vida em Grupo apoiando os colaboradores de nossos clientes.

Evidenciando o compromisso da MetLife com a operação no Brasil, a matriz aprovou aportes de capital por R\$ 286 milhões, tendo sido feito R\$ 183 milhões durante o último trimestre de 2021 e outros R\$ 103 milhões já em fevereiro de 2022. Juntos, estes aportes superam amplamente o prejuízo de 236 milhões em 2021, resultado de nosso forte propósito e compromisso de estar sempre com nossos clientes construindo um futuro mais seguro.

Contexto Econômico

A pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde - OMS, trouxe um cenário bastante desafiador para a economia em geral, incluindo o setor de seguros. E os impactos se mantiveram no ano de 2021, refletindo não só na queda da atividade econômica de maneira generalizada e no aumento dos programas de apoio governamental, como também nos resultados financeiros de empresas de diversos setores. Este cenário impactou em uma redução considerável do consumo e levou a um aumento do desemprego e na continuidade de redução da taxa Selic pelo Banco Central. Desde que foi decretada, a MetLife rapidamente se esforçou para garantir um cenário positivo e acolher a todos os públicos com os quais se relaciona no País. Ao se solidarizar com as famílias neste período difícil, aderiu ao movimento #NãoDemita e destinou recursos financeiros, por meio da MetLife Foundation, para projetos sociais e de saúde e bem-estar, que impactaram a vida e a saúde de milhares de brasileiros. Desde o início da pandemia, foram destinados mais de R\$ 1 milhão para ajudar pacientes do Hospital Santa Marcelina; foram doados kits de higiene e alimentos a mais de 2 mil famílias, de 20 comunidades espalhadas pelo País por meio de um aporte financeiro para a ONG Habitat pela Humanidade Brasil e em parceria com a Sésamo (Sesame Workshop), diversas iniciativas em educação financeira foram desenvolvidas e somadas a orientações sobre saúde e dicas de higiene para comunidades desfavorecidas no País.

Ainda que monitorando os efeitos relacionados à Covid-19, a MetLife não deixou de dar continuidade aos seus planos de expansão, digitalização e concretização das estratégias de negócios. Tanto que, o prêmio emitido durante ano de 2021 alcançou 14,1% de crescimento. Estas ações permitiram manter os níveis de atendimento aos clientes e o relacionamento contínuo com os parceiros de negócios e demonstram a capacidade da MetLife de continuar crescendo com excepcional disciplina de despesas, manutenção da geração de caixa e ampla suficiência de capital.

A Administração segue acompanhando a evolução da pandemia e procura manter as ações pertinentes relativas aos impactos Financeiros, Patrimoniais, Resultados, Fluxos de Caixa e Indicadores.

Agenda ESG

A agenda ESG é de extrema importância para a MetLife, fundamental para assegurar uma governança em sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental e monitorar os impactos gerados em toda a cadeia de valor impactada pelas nossas ações. Por este motivo, além de estruturarmos a nossa estratégia de forma a contribuir com a construção de uma agenda ESG efetiva, participamos ativamente do comitê da Sesep - Superintendência de Serviços Privados - para discutir esta regulamentação no nosso mercado e esperamos que isso traga mais eficiência e produtividade para todos.

Desde 2020, a MetLife alicerçou globalmente suas ações aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e ao cumprimento de 11 metas ambientais globais até 2030 dentro dos pilares de sustentabilidade ambiental, equidade e inclusão, saúde e bem-estar e desenvolvimento sustentável. Nossos compromissos incluem desde manter a neutralidade nas emissões de carbono até investir US\$ 5 milhões no desenvolvimento de ações, que impulsionem soluções climáticas, tais como: a plantação de árvores e originar US\$ 20 bilhões em novos investimentos verdes; a redução das emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) com base na localização em 30% de 2019 a 2030 e a obtenção da certificação de construção ecológica ou saudável para 40% de nosso portfólio global de escritórios.

Internamente, adotamos diversos procedimentos que visam garantir que nossa Governança Corporativa siga critérios e padrões de transparência e boas práticas, tal como rege a política adotada pela matriz nos Estados Unidos, dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance).

Todos os procedimentos são formalizados dentro de uma série de políticas, códigos de conduta, documentos e comitês, que regem e controlam o funcionamento da empresa e suas relações com todos os públicos de interesse. Além disso, a empresa possui políticas internas de combate à corrupção e discriminação, valorizando a diversidade, equidade e inclusão em todas as áreas.

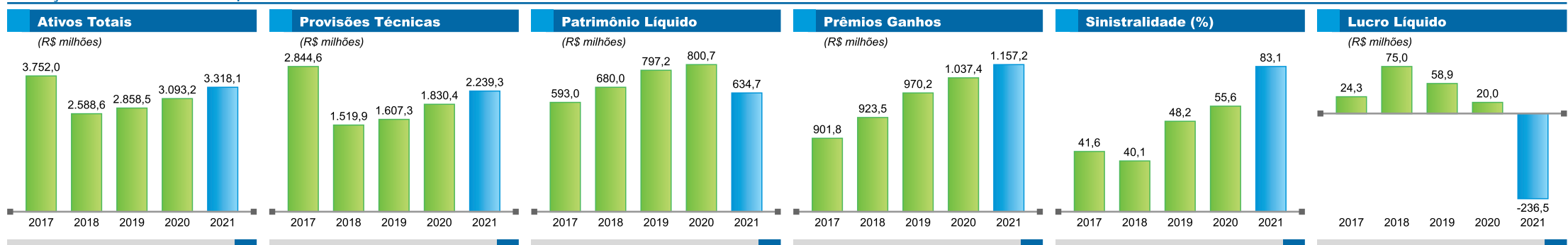
A Deloitte e a KPMG empresas de auditoria externa e a área de auditoria interna gerenciam diretamente pela matriz, são os órgãos independentes que prestam serviços de auditoria para a companhia.

Compromisso e agradecimentos:

A MetLife tem o compromisso em aperfeiçoar suas políticas e ferramentas e segue investindo em treinamento de colaboradores voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético, seguindo aos preceitos estabelecidos pelo grupo MetLife e pelos normativos regulatórios. Agradecemos à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência dedicados à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

A Administração.

Evolução dos indicadores de desempenho em 31 de dezembro



Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO		Passivo			
	2021	2020			
Circulante	1.505.526	1.575.954	Circulante	2.017.122	1.631.539
Disponível	12.748	9.454	Contas a pagar	62.936	65.999
Caixa e bancos	12.748	9.454	Obrigações a pagar	37.264	42.503
Aplicações	7	977.647	Impostos e encargos sociais a recolher	7.751	11.242
Títulos de renda fixa - Privados	8.003	5.876	Encargos trabalhistas	8.159	8.500
Títulos de renda fixa - Públicos	41.380	201.564	Impostos e contribuições	7.867	1.080
Quotas de fundos de investimento	928.264	890.608	Outras contas a pagar	1.895	2.674
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	331.610	Débitos de operações com seguros e resseguros	151.126	130.470
Prêmios a receber	264.295	283.357	Prêmios a restituir	1.221	251
Operações com seguradoras	7.809	14.513	Operações com seguradoras	518	589
Operações com resseguradoras	9.a)	59.506	Operações com resseguradoras	9.c)	35.842
Outros créditos operacionais	28.759	27.317	Corretores de seguros e resseguros	81.451	81.849
Ativos de resseguro - Provisões técnicas	9.b)	21.662	Outros débitos operacionais	32.094	17.871
Títulos e créditos a receber	32.480	20.355	Depósitos de terceiros	13	35.315
Títulos e créditos a receber	4.000	4.290	Provisões técnicas - Seguros	14.a)	1.194.147
Créditos tributários e previdenciários	10	28.155	Pessoas	762.498	615.104
Outros créditos	325	347	Vida individual	282.211	134.649
Despesas antecipadas	2.364	879	Vida com cobertura de sobrevivência	149.438	169.777
Operacionais	67	-	Provisões técnicas - Previdência complementar	15	570.190
Despesas administrativas	2.297	879	Planos não bloqueados	3.530	1.750
Custos de aquisição diferidos	14.a)	98.256	PGBL	566.660	481.859
Seguros	98.256	79.842	Débitos diversos	22. a)	3.408
Não circulante	1.812.545	1.517.284	Não circulante	666.211	661.000
Realizável a longo prazo	1.776.077	1.493.073	Contas a pagar	36.624	84.492
Aplicações	7	1.196.689	Tributos diferidos	36.624	84.492
Títulos de renda fixa - Privados	53.522	72.371	Débitos de operações com seguros e resseguros	2.306	6.481
Títulos de renda fixa - Públicos	1.143.167	1.033.367	Operações com seguradoras	4	4
Créditos das operações com seguros e resseguros	8	5.797	Operações com resseguradoras	9.c)	2.302
Prêmios a receber	4.222	4.753	Provisões técnicas - Seguros	27.a)	399.414
Operações com seguradoras	1.575	3.229	Pessoas	348.051	334.370
Títulos e créditos a receber	459.884	291.887	Vida individual	51.362	46.447
Créditos tributários e previdenciários	10	274.233	Vida com cobertura de sobrevivência	1	18
Depósitos judiciais e fiscais	14.d e 17	185.265	Provisões técnicas - Previdência complementar	15	75.598
Outros créditos operacionais	386	1.234	Planos não bloqueados	48.971	38.476
Outros valores e bens	22. a)	9.437	PGBL	26.627	7.969
Despesas antecipadas	136	-	Outros débitos	17	152.269
Operacionais	130	-	Provisões judiciais	146.190	142.747
Despesas administrativas	6	-	Débitos diversos	6.079	-
Custos de aquisição diferidos	14.a)	104.134	Patrimônio líquido	18	634.738
Seguros	104.134	87.466	Capital social	18.a)	585.055
Imobilizado	8.515	7.718	Aumento de capital (em aprovação)	-	183.154
Bens móveis	7.465	6.511	Reservas de lucros	18.b)	-
Outras imobilizações	1.050	1.207	Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	(24.525)
Intangível	11	27.953	Prejuízos acumulados	(108.946)	-
Ágio em investimentos incorporados	8.277	8.277	Total do passivo	3.318.071	3.093.238
Outros intangíveis	19.676	8.216			
Total do ativo	3.318.071	3.093.238			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros/prejuízos acumulados	Total
			Aumento de capital em aprovação	Demais reservas de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2019		522.453	-	141.465	25.771	107.477	-	797.166
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	-	-
- AGE de 30/03/2020 e portaria SUSEP 372 de 01/06/2020	18.a)	33.796	-	-	(25.771)	-	-	8.025
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	-	-	-	-	(19.711)	-	(19.711)
Distribuição de reserva de lucros na forma de juros sobre o capital próprio (adicional) - R\$ 0,03 por ação		-	-	(14.928)	14.928	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.959	19.959
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	18.b)	-	-	998	-	-	(998)	-
Juros sobre o capital próprio (dividendo mínimo obrigatório) - R\$ 0,01 por ação	18.d)	-	-	-	-	-	(4.740)	(4.740)
Juros sobre o capital próprio (adicional) - R\$ 0,03 por ação	18.d)	-	-	-	14.221	-	(14.221)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		556.249	-	127.535	29.149	87.766	-	800.699
Aumento de capital com dividendos adicionais propostos:		-	-	-	-	-	-	-
- AGE de 30/03/2021 e portaria SUSEP 248 de 05/07/2021	18.a)	28.806	-	-	(28.806)	-	-	-
Pagamento de juros sobre o capital próprio		-	-	-	(343)	-	-	(343)
Aumento de capital em dinheiro	18.a)	-	183.154	-	-	-	-	183.154
Ajustes de avaliação patrimonial	18.c)	-	-	-	-	(112.291)	-	(112.291)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(236.481)	(236.481)
Compensação de prejuízo		-	-	(127.535)	-	-	127.535	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		585.055	183.154	-	-	(24.525)	(108.946)	634.738

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berinhi, 1.253 - São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a MetLife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de Nova York nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem como objetivo principal a comercialização, em todo território nacional, de seguros de pessoas, nas modalidades individual e em grupo, e de planos de previdência complementar aberta.

No exercício de 2021 a Seguradora, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19, apresentou elevado índice de sinistralidade no segmento de Vida, contribuindo assim na geração do prejuízo para o referido exercício no valor de R\$ 236.481. Diante de tal situação, a Seguradora efetuou uma série de ações para endereçar tal situação. As informações contendo o detalhamento dos impactos do evento Covid-19 nas demonstrações financeiras e as ações tomadas pela Seguradora encontram-se divulgadas na nota explicativa n. 4.9.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e alterações posteriores, incluindo eventuais modificações introduzidas pelos artigos 110 e 118 da Circular SUSEP nº 648/21, que no caso da Seguradora, não identificou impactos significativos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A emissão destas demonstrações financeiras, elaboradas para a data-base de 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas pela Diretoria em 24 de Fevereiro de 2022.

2.2. Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, re-

quer a aplicação de políticas contábeis que podem envolver níveis de julgamento significativos. Os valores determinados por estimativas ou a partir de premissas podem diferir, significativamente, dos valores reais a serem apurados e reportados futuramente.

As seções abaixo descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

- Moeda funcional**
Nas demonstrações financeiras os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Seguradora atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora.
- Transações e saldos em moeda estrangeira**
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.
- Apuração de resultado**
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência. Para os produtos de risco, o fato gerador da receita é a emissão da apólice/certificado/endorso, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão, e para os produtos de acumulação financeira, o fato gerador da receita é o recebimento das contribuições.
- Caixa e equivalentes de caixa**
São representados por disponibilidade em moeda nacional e instrumentos financeiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Seguradora para atender a compromissos de caixa de curto prazo e conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa. Em 31 de dezembro de 2021, eram compostos, somente, por saldos de Caixa e Bancos.
- Ativos financeiros**
A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.
Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:
• For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo;
• No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Se-

guradora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo;

• For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluídos na rubrica "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda
Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) ativos financeiros mantidos até o vencimento

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29

MetLife

Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

g) Reclassificação de ativos financeiros

A Seguradora não necessita de um ativo financeiro da categoria de mensurado ao valor justo através do resultado enquanto este estiver na carteira, de acordo com as especificações do CPC 38.

h) Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Provisões para risco sobre crédito: as provisões para riscos de crédito são calculadas, de acordo com estudo de mercado, em função de dois critérios principais: (i) a provisão sobre os prêmios diretos a receber leva em consideração o histórico de cancelamento das apólices por inadimplência, acrescido de um percentual para possível perda esperada; e (ii) a provisão para operações a receber de coseguro e resseguro mediante histórico de negociação dos recebíveis com as congêneres e com histórico de perda. Os ativos não financeiros são analisados com a finalidade de verificar se há perda por redução ao valor de recuperação de ativos e medir a eventual perda com o objetivo de constituir quando aplicável, a redução ao valor de recuperação de ativos não financeiros.

O imobilizado e outros ativos não financeiros foram revisados para identificar evidências de perdas não recuperáveis. A Seguradora não apurou a necessidade de contabilização de provisão para perda sobre o imobilizado e outros ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2021.

i) Custos de aquisição diferidos

As comissões e agenciamentos são diferidos e refletidos no saldo da conta "Custos de aquisição diferidos" de acordo com o prazo de vigência das apólices de seguros ou com a estimativa de persistência dos segurados para os seguros de longo prazo. O prazo médio de amortização é de 36 meses para os produtos de Vida Individual, 42 meses para os produtos comercializados por meio de prêmio único e 12 meses para os demais produtos de vida em grupo.

Premissas:

- Seguro de vida (regime de capitalização): é considerada a experiência de persistência da própria carteira;
- Seguro de vida (regime de repartição simples): os custos diferidos são apropriados aos resultados mensalmente, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices.

j) Ativos relacionados a resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações para com os segurados.

k) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e a redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado

É demonstrado o custo de aquisição ou formação. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de dez anos para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação e instalações e de cinco anos para equipamentos de processamento de dados.

As benfeitorias em imóveis de terceiros estão demonstradas ao custo de aquisição, depreciadas pelo método linear com base no prazo estimado de benefício.

m) Intangível

Refere-se, predominantemente a: (a) direito de uso da base de clientes de terceiros para fins de negociação de produtos de seguro, os quais são amortizados levando em consideração a persistência dos prêmios, cujo prazo médio é de dez anos; (b) ágio de rentabilidade futura pagos na aquisição de investimento já incorporado, deduzido das amortizações até 2008. O saldo do ágio é avaliado pelo teste de recuperabilidade; e (c) os direitos de uso de software estão demonstrados ao custo de aquisição, sendo amortizados pelo método linear com base no prazo estimado de benefício de cinco anos.

n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros". Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

o) Provisões técnicas

Estão demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata die", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para cobrir o valor esperado de prêmios referentes aos riscos vigentes pendentes de emissão. Essa provisão é obtida por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a pagar relativos aos sinistros avisados até a data-base de cálculo. Para os processos administrativos, a provisão é constituída com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do exercício e contempla, na data da sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos da parcela relativa à recuperação de coseguros cedidos. Para os processos judiciais a provisão é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido pela administração, levando-se em consideração a probabilidade do desembolso financeiro e atualização monetária dos processos, baseado na análise do departamento jurídico interno da seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A PSL é ajustada pela provisão IBNER (Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados), que tem como objetivo estimar o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. O IBNER é calculado através da diferença entre o IBNR Global e o IBNR, que são calculados pela aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros derivados por meio de triângulos de "run-off";
- A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída para cobrir os valores esperados a liquidar referente aos sinistros ocorridos e não avisados até a data-base do cálculo, incluindo as operações de coseguros aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de coseguro cedido. O valor esperado da provisão é obtido por meio de metodologia específica em Nota Técnica Atuarial que consiste na aplicação de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos mas não avisados apurados por meio de triângulos de "run-off", em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para cobrir os valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros e benefícios, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMABC) é constituída, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é constituída, após ocorrido o evento gerador do benefício, para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados dos planos de previdência complementar e de seguros de vida estruturados no regime financeiro de capitalização e de repartição por capitais de cobertura, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial do plano ou produto, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP;
- A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a seguradora receptora, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

p) Teste de adequação do passivo

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado para verificar a adequação dos passivos de seguro líquidos dos custos de aquisição relacionados e com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP.

Para efetuar esse teste, a Administração utiliza as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas e incrementais a de liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa futuros são descontados a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco, conforme determinado pela SUSEP.

Contratos de seguro de longo prazo são mensurados com base em premissas do início do contrato. Quando o teste de adequação requer a adoção de novas premissas, essas novas premissas são usadas prospectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2021, a Provisão Complementar de Cobertura derivada do teste de adequação do passivo foi de R\$ 231.141 mil, risco 2.19.837 em 31 de dezembro de 2020.

q) Provisões judiciais sobre efeitos tributários

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

As provisões judiciais que decorrem de processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os depósitos judiciais são mantidos no ativo e atualizados monetariamente, quando aplicável, sem serem deduzidos das correspondentes provisões judiciais.

r) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As comissões sobre prêmios emitidos, registradas no passivo circulante pelo regime de competência, são devidas aos corretores de seguros quando ocorre o recebimento do respectivo prêmio.

O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, registrado no passivo circulante em contrapartida aos "Prêmios a receber", é retido e recolhido, quando aplicável, simultaneamente ao recebimento do prêmio.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente e diferido. O imposto e a contribuição são reconhecidos no resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição também são reconhecidos no patrimônio líquido.

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos.

s) Arrendamentos

Em aderência ao CPC 06 - R2, a Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial.

Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos. Esse reconhecimento passou a ser aplicado para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. Vide detalhamento da adoção da norma nas notas explicativas n 6 e n 22 a).

t) Divulgação das tábuas, taxa de carregamento e as taxas de juros dos principais produtos comercializados

Produto	Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:	Taxa de juros	Carregamento
Plano de Aposentadoria Individual	BR-EMS	0%	0%
Plano de Aposentadoria Empresarial	AT-2000	2,50%	0%

4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora acredita que uma assertiva gestão de riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, "stakeholders" e colaboradores.

Visando avançar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a Seguradora é estruturada no modelo de três linhas de defesa, sendo a 1ª Linha de Negócio, 2ª Controles Interno, Ética & Compliance, 3ª Auditoria Interna, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da Seguradora, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes à Seguradora.

A área de Gestão de Riscos da Seguradora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional (Latam) de Riscos, garantido imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

O processo de avaliação de riscos ocorre a cada três meses e conta com a participação de todas as camadas da Seguradora. Neste momento é reavaliado o nível de impacto inerente e residual para cada um dos riscos é suportado pela Seguradora, bem como a efetividade dos controles chaves e a implantação dos planos de ação propostos. Cabe destacar, que este é um processo em constante evolução e integralmente alinhado a Regulamentação Local, Políticas Corporativas e boas práticas da Seguradora.

Visando apoiar o gerenciamento de riscos e comunicar de maneira eficaz os riscos à Alta Administração, a área de Gestão de Risco conta com os seguintes comitês:

• Comitê de Gestão de Riscos

O comitê tem como objetivo assegurar que o nível de exposição a risco da Seguradora esteja adequado ao seu porte, que riscos estratégicos estejam sendo monitorados e que as operações e processos estejam em conformidade a tolerância apresentada no apetite a risco da Seguradora. O comitê é formado pela Área de Gestão de Riscos, CEO, CFO, Diretor Jurídico e Diretor Regional de Investimentos, contando com representantes das áreas de negócios, além da Auditoria Interna e "Compliance", e se reporta diretamente à Diretoria Regional de Riscos da Seguradora e é regido por regimento interno.

• Comitê de Investimentos

O comitê de investimentos tem como objetivo avaliar se a gestão dos riscos de crédito e mercado estão em níveis adequados para o porte da Seguradora, bem como a aprovação e acompanhamento da estratégia de investimento da Seguradora.

O Departamento de Gestão de Riscos participa do Comitê de Investimentos como segunda Linha de Defesa afim de atestar que os riscos estão no limite da normalidade, endereçados e sendo monitorados constantemente.

Os principais riscos identificados pela Seguradora estão classificados nas categorias de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

4.1. Riscos de seguro

• Contratos de seguro

Um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurador no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurador é classificado como contrato de seguro. A Seguradora comercializa contratos de Seguro de pessoas e Previdência complementar (produtos de acumulação), e ambos são classificados como contratos de seguro. A Seguradora possui contratos com obrigações futuras de devolver certos montantes de "excedente técnico" de acordo com índices de sinistralidade, contudo nestes contratos não há participações discricionárias, uma vez que estas obrigações estão destacadas no contrato.

Em seguros de pessoas opera em ramos coletivos distribuindo seguros para empresas e associações, e pessoas físicas por meio de apólices abertas e em ramos individuais distribuindo seguros para pessoas físicas. Opera seguros tipo Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL e previdência complementar tipo Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL.

Em previdência complementar possui uma carteira pequena de Fundo Garantidor de Benefícios - FGB e planos de benefícios definidos, não mais em comercialização, e ambos são classificados como contratos de seguro. Os principais ramos operados são vida em grupo, vida individual, prestamista, acidentes pessoais e eventos aleatórios. As principais coberturas oferecidas são morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente e invalidez funcional por doença.

Os modelos atuariais são utilizados para mensurar o risco de seguro na precificação e no dimensionamento das provisões.

Um dos componentes do risco de seguro é a frequência e severidade dos eventos cobertos serem maiores do que o esperado. Esses eventos são quase que na sua totalidade eventos biométricos tais como mortalidade e invalidez. No risco de seguro existe a possibilidade de perda devido à incerteza na frequência de ocorrência dos eventos cobertos bem como na severidade dos valores deles decorrentes.

A política de subscrição é o conjunto de regras de aceitação de risco, que visa impedir assumir riscos desnecessários impactando no balanço técnico-atuarial da Seguradora. Esta política leva em conta a estratégia de crescimento de todos os segmentos de negócio além à experiência da carteira. Periodicamente estudos atuariais são elaborados para todos os segmentos de carteira. Nestes estudos, mensuram-se a aderência do preço e da política de subscrição previamente estabelecidos e monitora-se métricas de controle de risco. Com base neste levantamento, mensuram-se o sucesso da estratégia e as possíveis oscilações são mitigadas.

O risco de subscrição é reduzido por meio de cessão de resseguros visando otimizar a capacidade de retenção de riscos e os resultados operacionais. A totalidade dos contratos de resseguros vigentes, em 31 de dezembro de 2021, está concentrada no IRB Brasil Resseguros S.A., ressegurador local, com rating A-. Os principais contratos de resseguro vigentes são os contratos automático e de vida individual de excedente de responsabilidade, o contrato de excesso de danos para catástrofe e contratos facultativos de excedente de responsabilidade para cobrir riscos específicos, sendo que a soma de todos os contratos em 31/12/2021 representa um repasse de 2,88% (2,88% em 2020) do total de prêmios emitidos no exercício.

A carteira de contratos de seguros é monitorada. As taxas dos seguros podem ser ajustadas nas renovações dos contratos de seguros empresariais em função da experiência do negócio. Para as apólices individuais, as taxas dos seguros podem ser alteradas para os novos negócios.

A Seguradora dispõe de capital para cobrir as oscilações baseadas nos riscos de precificação, subscrição e provisões para os seguros de vida de acordo com as normas vigentes.

Os riscos de subscrição superior à esperada é intrínseco aos produtos de previdência e vida que pagam renda ao próprio participante ou aos seus beneficiários. Esse risco também existe nos produtos resgatáveis em menor grau. O monitoramento desse risco é realizado por meio do acompanhamento de estudos divulgados por diversas fontes externas sobre o aumento da expectativa de vida e do acompanhamento da experiência brasileira. Provisões adicionais são constituídas partindo-se da tábua de sobrevivência da experiência brasileira vigente.

Para contratos de longo prazo com garantia de rescatabilidade predefinida existe o risco de retorno dos investimentos ser inferior ao previsto e o risco de desatendimento entre o indexador do ativo e passivo. O monitoramento desses riscos é feito por meio do casamento entre ativos e passivos ("Asset and Liability Management").

Os ativos que lastream esses contratos de longo prazo estão associados ao fluxo de caixa do passivo. Para o risco comportamental de manutenção do contrato, em geral, taxas mais baixas de persistência dos contratos afetam a diluição das despesas fixas e reduzem os fluxos de caixa positivo do negócio. Taxas de persistência baixas nos produtos com garantia de rentabilidade predefinida e cláusula de resgate podem causar impacto na liquidez. A persistência dos negócios é monitorada em relação ao esperado e dependendo do produto, ações podem ser tomadas, para melhorar a persistência.

O risco de as despesas serem maiores do que o esperado é monitorado por meio do acompanhamento dos resultados dos negócios de maior com o agrupamento estabelecido.

Determinados contratos de seguro de vida resgatável e previdência contém garantias de rentabilidade predefinida e podem ser registradas obrigações referentes a benefícios adicionais oriundos de distribuição de excedente técnico.

O risco das estimativas utilizadas nos cálculos das provisões de sinistros ocorridos, avisados ou não, gerarem provisões subdimensionadas é monitorado periodicamente por meio de teste de consistência e outros procedimentos adotados por diversas áreas da Seguradora. As provisões de sinistros ocorridos incluem a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER) e a provisão de sinistros ocorridos e ainda não avisados (IBNR).

Semestralmente, o teste de adequação do passivo é efetuado de acordo com o descrito na nota nº 3.p).

4.2. Resultados do teste de sensibilidade

Os resultados de alguns testes de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade é demonstrado o impacto no patrimônio líquido e no resultado, líquido de resseguro e sem considerar os efeitos de outras mudanças razoáveis e possível em apenas um único fator, em relação ao cenário base.

Premissas atuariais 2021 2020

Redução de 20% da taxa de desconto do fluxo de caixa (31.094) (23.618)

Aumento de 10% nos sinistros - Seguros de vida e cobertura de riscos de previdência (76.301) (81.560)

Redução de 10% na mortalidade - Previdência (18) (429)

Aumento de 10% na despesa administrativa (6.343) (4.765)

Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares. Impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

4.3. Concentração de riscos

O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam, principalmente, o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outros, riscos tais como colisões de trens, incêndios em grande escala e terrorismo.

Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer.

Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.

Total de prêmios brutos (a) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

	2021					Total geral
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	
Vida em Grupo	452.323	89.887	27.837	15.117	7.688	592.852
Acidentes Pessoais - Coletivo	212.043	30.169	12.727	7.147	3.034	265.120
Prestamista	97.159	18.423	15.495	4.846	4.955	140.878
Vida Individual	93.347	58.644	9.548	22.435	3.222	187.196
Doenças Graves/terminal	49.188	162	25	11	2	49.388
Acidentes Pessoais - Individual	28.838	1.250	257	225	51	30.621
Renda de eventos aleatórios	22.228	12.408	2.882	735	505	38.758
VGBL	11.030	1.606	366	760	76	13.838
Outros	9.152	651	2.052	470	15	12.340
Total	975.308	213.200	71.189	51.746	19.548	1.330.991

Total de prêmios líquido de resseguro (b) por linha de negócios e regiões geográficas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

	2021					Total geral
	Sudeste	Sul	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	
Vida em Grupo	422.607	89.887	27.837	15.117	7.688	563.136
Acidentes Pessoais - Coletivo	205.162	30.169	12.727	7.147	3.034	258.239
Prestamista	96.914	18.423	15.495	4.846	4.955	140.633
Vida Individual	92.487	58.644	9.548	22.435	3.222	186.336
Doenças Graves/terminal	49.116	162	25	11	2	49.316
Acidentes Pessoais - Individual	28.505	1.250	257	225	51	30.288
Renda de eventos aleatórios	22.114	12.408	2.882	735	505	38.644
VGBL	11.030	1.606	366	760	76	13.838
Outros	9.105	651	2.052	470	15	12.293
Total	937.040	213.200	71.189	51.746	19.548	1.292.723

(a) Os totais de prêmios de seguros estão apresentados na demonstração do resultado, nas rubricas "Prêmios emitidos" e "Rendas de contribuições e prêmios", acrescidos dos prêmios de riscos vigentes e não emitidos e das contribuições do PGBL, e deduzidos dos prêmios de coseguros cedidos.

(b) Os totais de prêmios de seguros apresentados acima se referem aos valores do item (a) líquidos de operações de resseguro.

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras, resseguradoras e emissores de ativos financeiros.

Com relação ao risco de recebimentos dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Seguradora mantém um plano de ação para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação. A metodologia de apuração da provisão para riscos de créditos está descrita na nota explicativa nº 3.h).

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, o limite são estabelecidos por meio do Comitê de Investimentos.

Exposição máxima ao risco de crédito antes das garantias ou de outras melhorias de crédito

A exposição ao risco de crédito relativo aos ativos registrados nas demonstrações financeiras sem considerar qualquer garantia, é a seguinte:

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29



Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente quanto os períodos futuros.

As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, os valores foram ajustados ao valor justo das transações.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Seguradora e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que entende como razoáveis e relevantes.

A Seguradora adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Seguradora forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das principais práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Seguradora adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O método do passivo (conforme o conceito CPC 32, equivalente ao descrito na IAS 12 - "Liability Method") de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados semestralmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Seguradora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos de vida longa
Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do período, a Seguradora realiza teste de redução ao valor recuperável para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil.

A Seguradora avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste que é realizado anualmente. Sem algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

c) Provisões judiciais - tributárias, civis e trabalhistas
A Seguradora possui diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os potenciais riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões judiciais para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para riscos sobre créditos
A provisão para riscos sobre créditos sobre as contas a receber como descrito na nota explicativa nº 3.h) é considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

6. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISTAS

Novas normas reconhecidas
O CPC06 - R2 - Operações de Arrendamento Mercantil aprovado pela SUSEP conforme Circular SUSEP nº 615 de 22 de setembro de 2020, entrou em vigor a partir do exercício de 2021. Essa nova norma traz um modelo único de contabilização de arrendamentos impactando as Demonstrações Financeiras, onde o arrendatário reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento e, os valores das depreciações desses ativos e os juros sobre as obrigações estão sendo reconhecidas no resultado. Os contratos classificados de curto prazo e itens de valor imaterial estão sendo reconhecidos no resultado conforme isenção contida na norma. Na transição, a Seguradora optou pela abordagem retrospectiva modificada simplificada e, portanto, a informação comparativa para o exercício de 2020 não foi reapresentada, sendo mantida conforme o CPC 06.

Efeitos da adoção inicial do CPC 06 - R2

	Ativo de direito de uso	Passivo de Arrendamento
Aluguel imóveis	12.675	(12.675)

Novas ainda não efetivas
O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que essas modificações e alterações sejam aprovadas pela SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.

CPC 42 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação do CPC 48 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial do CPC 50.

CPC 50 - "Contratos de Seguro" O pronunciamento substitui o CPC 11 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguro:

- Modelo padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- "Premium Allocation Approach - PAA": aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificado do que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- "Variable Fee Approach": abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

7. APLICAÇÕES - CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a composição das aplicações em títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	2021	2020
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado	928.264	890.608
Fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência	716.118	651.746
Títulos de renda fixa - Públicos	438.678	442.391
LTN	38.571	19.830
LFT	241.939	269.866
NTN	158.168	152.695
Títulos de renda fixa - Privados	184.787	137.758
CDs	2.737	-
Letras financeiras - LF	58.217	27.975
Debêntures	123.833	109.783
Títulos de renda variável	61.334	50.467
Cotas de fundos de investimento - Abertos	31.319	19.776
Disponibilidades líquidas/contas a pagar	-	1.354
Cotas de fundos de investimento	212.146	238.862
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.246.072	1.313.178
Títulos de renda fixa - Públicos	1.184.547	1.234.931
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.179.275	1.229.367
Letras de Tesouro Nacional - LTN	5.272	564
Títulos de renda fixa - Privados	61.525	78.247
Debêntures	61.525	78.247
Total	2.174.336	2.203.786
Circulante	977.647	1.098.048
Não Circulante	1.196.689	1.105.738

Movimentação das aplicações financeiras:

	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.658.326	1.074.865
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.074.865	583.461
Ativos financeiros disponíveis para venda	583.461	-
Resgates	(1.689.314)	(993.563)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(993.563)	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	(695.751)	-
Receita financeira	188.690	188.249
Juros sobre ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (nota nº 19.h.)	3.441	-
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda (nota nº 19.h.)	185.249	-
Ajuste a valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	(187.152)	-
Saldo no fim do exercício	2.174.336	2.203.786

Títulos ao valor justo por meio do resultado

	2021	2020
Fundos abertos:	212.146	212.146
Cotas de fundos de investimento (a)	212.146	212.146
Fundos exclusivos	716.118	716.118
Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência (a)	716.118	716.118
Total de valor justo por meio do resultado	928.264	928.264

Ativos financeiros disponíveis para venda

	2021	2020
Títulos de renda fixa - Privados (c)	63.403	61.525 (1.878)
Debêntures	63.403	61.525 (1.878)
Títulos de renda fixa - Públicos (b)	1.223.545	1.184.547 (38.998)
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.217.783	1.179.275 (38.508)
Letras de Tesouro Nacional - LTN	5.762	5.272 (490)
Total de disponisveis para venda	1.286.948	1.246.072 (40.876)
Total das aplicações	2.215.211	2.174.336 (40.876)

a) O valor justo das cotas de fundos de investimento foi apurado com base nos valores de cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica os seus recursos.

b) Os títulos públicos federais foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos são atualizados com base: (i) no IGP-M acrescido de taxa de juros variando de 4,22% a 6,90% ao ano e de IPCA acrescido de taxa de juros variando de 3,96% a 9,72% ao ano; ou (ii) em taxa prefixadas variando de 2,64% a 10,36% ao ano.

c) O valor justo das debêntures foi apurado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Esses títulos e valores mobiliários são atualizados com base: no IPCA, acrescido de taxa de juros variando de 4,73% a 7,09% ao ano, e estão custodiados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (BS).

Do saldo das aplicações em títulos e valores mobiliários, em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, a parcela destinada à cobertura das provisões técnicas está demonstrada a seguir:

	2021	2020
Provisões técnicas - Seguros	1.593.561	1.300.365
Provisões técnicas - Previdência complementar	644.500	530.054
Custo de Aquisição	(81.337)	-
Redutores de sinistros	(21.146)	(9.338)
Direitos creditórios	(66.429)	(46.892)
Depósitos judiciais sinistros	(6.627)	(10.071)

Cotas de fundos de investimento exclusivos, vinculados à carteira de previdência

	2021	2020
Passivo a ser coberto	1.349.565	1.115.375
Ativos garantidores (a)	1.451.359	1.533.618
Suficiência	101.794	418.243

(a) Total das aplicações R\$ 2.174.335 (-) Fundos exclusivos R\$ 716.118 (-) Não vinculado R\$6.858.

Mensuração do valor justo reconhecido no balanço patrimonial
Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial são classificados nos Níveis de mensuração de 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, com preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços);
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as mensurações dos instrumentos financeiros estavam assim classificadas:

Títulos ao valor justo por meio do resultado	2021	2020
Nível 1	500.013	494.212
Nível 2	428.251	396.396
Total	928.264	890.608

Ativos financeiros disponíveis para venda

	2021	2020
Nível 1	1.184.547	1.234.931
Nível 2	61.525	78.247
Total	1.246.072	1.313.178

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Os créditos das operações com seguros e resseguros estão mensurados pelo custo amortizado sendo que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias.

a) Ramos de seguros

	2021	2020
Vida em grupo	208.859	204.910
Acidentes pessoais - Coletivo	31.733	37.373
Prestamista	23.655	25.098
Vida individual	49.078	47.327
Doenças graves ou doença terminal	9.226	9.302
Renda de eventos aleatórios	5.711	6.362
Acidentes pessoais - Individual	6.029	4.999
Outros	2.416	2.703
Total	337.407	338.074
Circulante	331.610	330.092
Não Circulante	5.797	7.982

A composição da conta "Créditos das operações com seguros e resseguros" por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	A vencer até de 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até de 30 dias	Acima de 30 dias
Prêmios a receber	142.294	85.913	28.462	7.057
Operações com seguradoras	-	-	1.740	8.890
Operações com resseguradoras	-	-	7.876	51.630
Total líquido	142.294	85.913	30.202	16.394

	2021		2020	
	A vencer até de 30 dias	Acima de 30 dias	Vencidas até de 30 dias	Acima de 30 dias
Prêmios a receber	156.632	90.091	30.151	6.309
Operações com seguradoras	-	-	3.583	4.576
Operações com resseguradoras	-	-	10.069	4.131
Total líquido	156.632	90.091	43.803	15.016

b) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Direto/aceito	288.110	251.723
Prêmios emitidos - Bruto	1.582.455	1.538.010
Recebimentos/pagamentos	(1.311.737)	(66.943)
Constituição da provisão para riscos de créditos	747	-
Baixas/cancelamentos	(291.058)	(285.313)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021	268.517	38.144

c) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Direto/aceito	295.359	277.121
Prêmios emitidos - Bruto	1.349.769	1.307.338
Recebimentos/pagamentos	(1.152.501)	(1.137.794)
Reversão da provisão para riscos de créditos	(240)	-
Baixas/cancelamentos	(204.277)	(194.720)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	288.110	(36.387)

d) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Direto/aceito	288.110	251.723
Prêmios emitidos - Bruto	1.582.455	1.538.010
Recebimentos/pagamentos	(1.311.737)	(66.943)
Constituição da provisão para riscos de créditos	747	-
Baixas/cancelamentos	(291.058)	(285.313)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2021	268.517	38.144

e) Movimentação de prêmios a receber

	2021	2020
Direto/aceito	295.359	277.121
Prêmios emitidos - Bruto	1.349.769	1.307.338
Recebimentos/pagamentos	(1.152.501)	(1.137.794)
Reversão da provisão para riscos de créditos	(240)	-
Baixas/cancelamentos	(204.277)	(194.720)
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2020	288.110	(36.387)

9. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGURO

a) Operações com resseguradoras - Ativo

	2021	2020
Baixa de resseguro - MO	-	9.025
Sinistros a recuperar	59.506	23.197
Total	59.506	32.222

b) Ativos de resseguro - Provisões técnicas

	2021	2020
Provisão de sinistros a liquidar	12.295	7.075
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	9.023	2.254
Provisão de prêmios não ganhos - Resseguro cedido	344	36
Total	21.662	9.367

c) Operações com resseguradoras - Passivo

	2021	2020
Prêmios cedidos	34.517	29.174
Prêmios de resseguro a liquidar	3.627	7.213
Total	38.144	36.387
Circulante	35.842	29.910
Não Circulante	2.302	6.477

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social acumulada no montante de R\$ 393.969 (R\$ 31.705 em 31 de Dezembro de 2020) e prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 392.215 (R\$ 29.951 em 31 de Dezembro de 2020), a compensar com lucros tributáveis futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social

Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

CNPJ nº 02.102.498/0001-29



Navigating life together

...Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
b) Vida - sinistros líquidos de resseguro	263.084	267.707	295.527	293.747	359.549	344.554	339.023	323.437	393.860	473.449	832.364	-
No ano do aviso	256.547	257.503	295.527	278.585	348.320	326.284	317.375	309.662	370.880	462.648	-	-
Um ano após o aviso	253.195	257.503	288.331	280.082	343.138	324.614	319.471	310.929	373.707	-	-	-
Dois anos após o aviso	253.195	256.026	289.830	284.234	344.315	332.273	324.283	313.078	-	-	-	-
Três anos após o aviso	248.015	256.733	291.806	288.986	351.143	338.056	325.670	-	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	251.761	258.727	295.725	293.275	355.497	337.061	-	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	256.177	261.685	301.432	296.929	357.912	-	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso	259.108	264.878	302.069	298.046	-	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso	260.572	271.106	302.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso	260.572	271.106	302.474	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso	290.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso	290.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base	290.505	267.278	302.474	298.046	357.912	337.061	325.670	313.078	373.707	462.648	832.364	4.160.743
CM e Juros	19.203	12.477	7.557	9.821	16.288	8.170	7.869	5.360	6.986	5.227	6.950	105.908
Pagamentos de sinistros efetuados	(273.910)	(270.592)	(304.407)	(295.969)	(357.428)	(331.752)	(317.287)	(304.323)	(361.253)	(439.647)	(654.827)	(3.911.395)
Sinistros pendentes (i)	35.798	9.163	5.624	11.898	16.772	13.479	16.252	14.115	19.440	28.228	184.487	355.256

(i) Na composição do desenvolvimento do sinistros não consta os valores de IBNER e benefícios a regularizar no montante de R\$39.817 e a PSL de Resseguro no montante de R\$ 12.058.

17. PASSIVO NÃO CIRCULANTE - OUTROS DÉBITOS

A Seguradora é parte de vários processos judiciais e administrativos envolvendo, principalmente, questões tributárias. Os saldos das provisões e suas movimentações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, são os seguintes:

	Probabilidade de perda	Depósitos		Quantidade	Valor provisionado	Valor Adições/atualização monetária	Reclassificação do risco	Pagamentos	Reverso	Valor provisionado	Valor de Risco	
		2020	2021									
Obrigações tributárias		152.861	151.925	16	15	119.925	9.354	-	-	118.132	118.132	
Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (a), (g)	Possível	131.090	142.364	10	10	101.422	9.268	-	-	110.690	110.690	
CSLL (b)	Possível	13.781	-	1	-	11.147	-	-	(11.147)	-	-	
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (c)	Provável	6.309	6.379	2	2	7.356	86	-	-	7.442	7.442	
Demais (d)	Possível	1.681	11.021	3	3	-	-	-	-	-	-	
Outras ações fiscais		10.690	11.021	1	1	-	-	-	-	-	11.021	
Imposto Sobre Serviços - ISS (e)	Remoto	10.690	11.021	1	1	-	-	-	-	-	-	
Provisões trabalhistas		4.965	3.485	164	208	20.807	10.311	1.221	(274)	(6.819)	25.246	40.567
Provisão de férias (f)	Provável	4.291	3.439	86	104	20.807	10.311	1.221	(274)	(6.819)	25.246	
Provisão de férias (f)	Possível	414	32	57	77	-	-	-	-	-	6.938	
Provisão de férias (f)	Remoto	260	14	21	27	-	-	-	-	-	8.383	
Provisões cíveis		802	767	483	382	2.015	1.587	542	(364)	(968)	2.812	11.072
Provisão de danos materiais (f)	Provável	543	510	164	168	2.015	1.587	542	(364)	(968)	2.812	
Provisão de danos materiais (f)	Possível	102	-	156	102	-	-	-	-	-	454	
Provisão de danos materiais (f)	Remoto	259	257	163	112	-	-	-	-	-	7.806	
Total		169.318	167.225	664	607	142.747	21.252	1.763	(638)	(18.934)	146.190	180.792

(a) A Seguradora impetrou medida judicial questionando a constitucionalidade da alteração da base de cálculo da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pela Lei nº 9.718/98. O processo aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal e a totalidade desse processo está devidamente provisionada como obrigação legal.

(b) Em 2015, a Seguradora impetrou ação judicial questionando o aumento da alíquota de contribuição social de 15% para 20%, em vigor a partir de setembro de 2015. Em função do transito em julgado da ação, sendo a Seguradora condenada, foi efetuado a compensação da provisão com o depósito judicial.

(c) A Seguradora é autora de ação judicial que questiona a constitucionalidade da Lei Complementar nº 84/96, que determinou a incidência da contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre pagamentos efetuados a pessoas físicas (corretores de seguros). O processo aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça. Os valores correspondentes aos encargos não recolhidos estão depositados em juízo e provisionados na sua totalidade.

(d) São valores registrados para a cobertura de possíveis riscos fiscais decorrentes de autos de infração lavrados contra a Seguradora.

(e) Ação Anulatória de Débito Fiscal, relativo ao ISS, com a desconstituição dos débitos fiscais objetos dos Autos de Infração, relativos a imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") e demais encargos, relativos aos períodos compreendidos entre janeiro de 2007 e fevereiro de 2011 e de abril a dezembro de 2011. A ação em referência continua tramitando na Câmara Municipal.

(f) As provisões de contingências prováveis são contabilizadas e as possíveis e remotas são apenas divulgadas. As provisões cíveis são para cobrir as contingências relacionadas a danos contratuais e danos extracontratuais e as Trabalhistas compreendem a integralidade dos pedidos formulados pelo reclamante e discriminadas na petição inicial.

(g) Com a alteração da base de cálculo do PIS/COFINS pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, com vigência a partir de janeiro de 2015, passamos a discutir judicialmente a cobrança da COFINS sobre a receita relativa aos ativos destinados a cobertura das provisões técnicas.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em assembleia realizada em 30 de março de 2021, 30 de novembro de 2021 e 17 de dezembro de 2021, a Seguradora decidiu aumentar o capital social de R\$ 556.249 para R\$ 768.209 com a emissão de novas ações, ficando o capital representado por 736.136.954 (515.013.651 em 2020) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, mediante a capitalização dos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 28.806, em março e aprovado pela SUSEP em julho e aumento de capital em dinheiro no montante de R\$ 70.000 em novembro de 2021 e de R\$ 113.154 em dezembro de 2021. Estes aumentos estão em processo de aprovação pelo regulador, classificados na rubrica "Aumento de capital em aprovação".

b) Reservas de lucros

A reserva de lucros é composta por duas reservas: a reserva legal e a reserva estatutária. A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e limitado a 20% do capital social realizado. A reserva estatutária é constituída pela parcela do lucro líquido remanescente após a constituição da reserva legal e das deduções legais, as quais incluem dividendos e juros sobre o capital próprio, sujeitas à deliberação da Assembleia Geral.

c) Outros

Ajustes de avaliação patrimonial estão compostos pelos ajustes referidos na nota explicativa nº 3.e), de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, líquidos dos efeitos tributários. A variação entre os ajustes com títulos e valores mobiliários apresentados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 deve-se ao cenário de oscilação nas taxas de juros impactando a marcação a mercado dos títulos prefixados.

d) Dividendos/Juros sobre o capital próprio

O estatuto da Seguradora prevê a distribuição, a cada exercício, de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. A Assembleia Geral pode decidir pela diminuição da distribuição de lucros ou pela sua retenção total, de acordo com proposta da Diretoria. Em 2021, por conta dos prejuízos auferidos no referido exercício, a Administração está propondo a compensação dos prejuízos acumulados com as reservas de lucros, no pressuposto de sua aprovação pela AGO.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1a) Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios ganhos		sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Vida em grupo	605.750	541.524	124	80	23	26
Acidentes pessoais coletivos	257.257	244.199	46	37	33	31
Acidentes pessoais individuais	30.356	17.152	6	28	41	46
Renda de eventos aleatórios	35.045	33.810	16	12	40	52
Prestamistas	126.799	115.086	41	22	67	57
Doenças graves e doenças terminais	48.054	32.559	26	20	41	49
Vida individual	45.117	43.388	30	14	232	125
Outros	8.850	9.663	114	48	47	33
Total	1.157.228	1.037.381				

(i) O aumento da sinistralidade para os ramos de Vida em Grupo e Vida individual é devido as indenizações de Sinistro COVID-19

Diretoria	Controllor
Breno Gomes Diretor-Presidente	Marcia Tiemi Takakura Diretora
Francisco Ignacio Espinoza Concha Diretor-Financieiro	Tatiane Paula dos Santos CRC 1SP274301/O-7
Patricia Cristina Duarte MIBA nº 2055	Marcos Antonio Klein CRC 1SP225765/O-2

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os procedimentos de auditoria atuariais realizados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos do ativo, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria e Acionistas da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nessas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que abrangem as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de alguma maneira. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicarmos esse fato. Não temos nada a declarar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados, de nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências materiais na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e/ou FIP (exclusivamente nos

quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seu aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião.

Anexo I (Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e crédito com resseguradores	312.120,061	2.238,061
Total de provisões técnicas	2.238,061	2.238,061
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	59,506	59,506
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	312.120,2021	312.120,2021
Provisões Técnicas auditadas (a)	2.238,061	2.238,061
Valores redutores auditados (b)	175,539	712,957
Outros valores redutores - Aplicações em FIEs (c)	-	21,662
Total de valores redutores (a+b+c)	2.413,600	2.972,680
3. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido	312.120,2021	312.120,2021
Capital Base (a)	8.100	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	255,988	255,988
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	255,988	255,988
4. Demonstrativo da Solvência	312.120,2021	312.120,2021
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	300,851	297,957
Ajustes Econômicos do PLA	9,957	9,957
Exigência de Capital (CMR) (b)	255,988	255,988
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	44,863	44,863
Ativos Garantidores (d)	1.451,539	1.451,539
Total a ser Coberto (e)	1.349,565	1.349,565
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	101,794	101,794
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	312.120,2021	312.120,2021
0929, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1329, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1390, 1391, 1601	5,000	5,000